

O que é africanidade

Na diversidade que caracteriza o mundo africano, há, também, numerosas semelhanças. Podem ser observadas em diversos aspectos da vida: do uso da palavra e do gesto à conduta social, da relação com o sagrado à concepção da morte

POR **KABENGELE MUNANGA**

A África, tanto tradicional quanto moderna, é um mundo variado e diverso. Na sua complexa realidade social, a África é composta de sociedades que têm cada uma sua individualidade cultural.

Estamos todos acostumados a escutar e a ler, até nos textos eruditos, os conceitos relacionados à África no singular. Cultura africana, civilização africana, africanidade no seu emprego singular remetem, sem dúvida, a uma certa unidade, a uma África única. Mas, diante da extraordinária diversidade e complexidade cultural africana, como é possível conceber uma certa unidade?

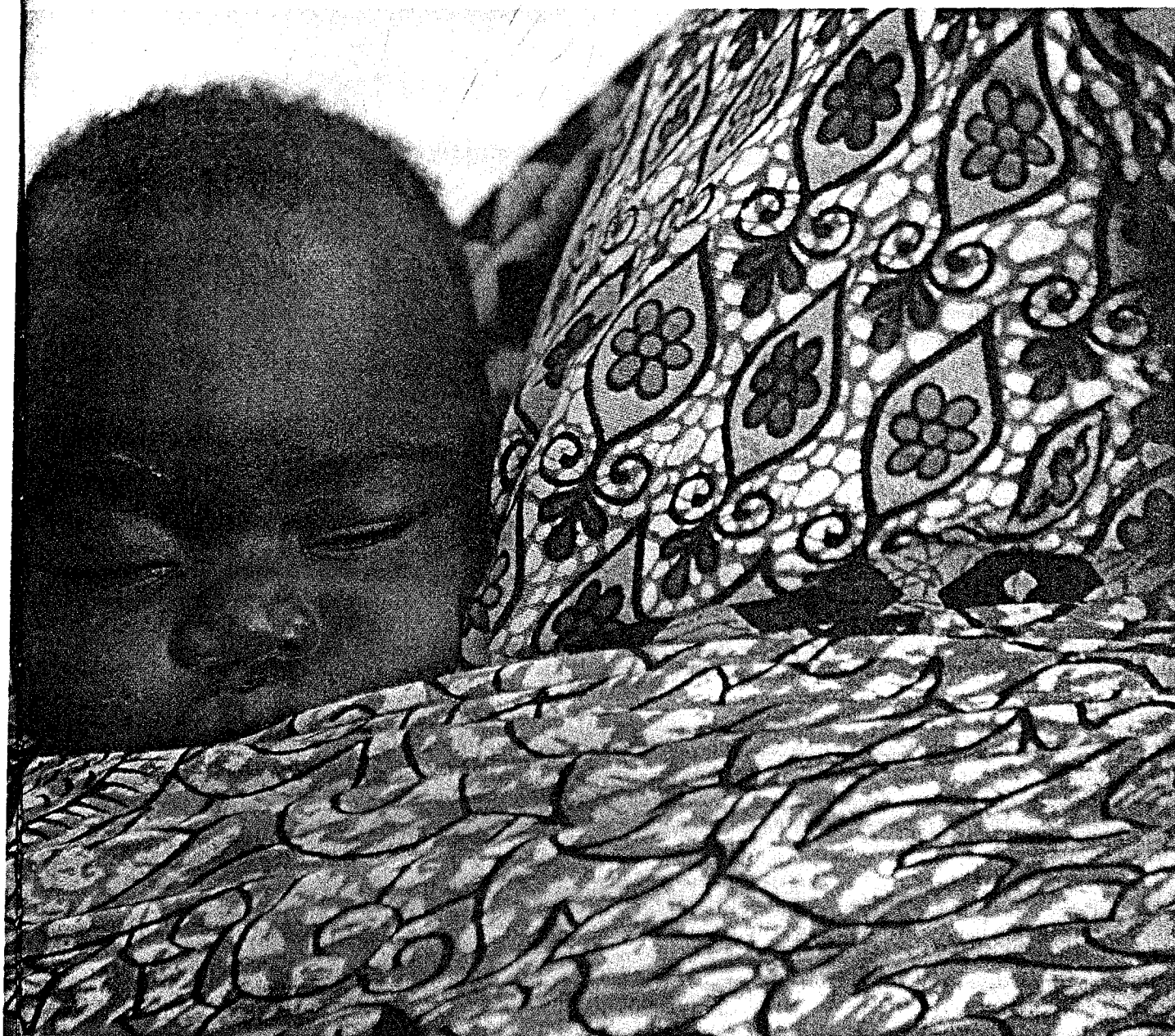
São bastante numerosos os estudiosos que se debruçaram sobre esta questão. Todos tentam provar que, apesar da patente diversidade, existem linhas fundamentais comuns que caracterizam a África como um continente cultural. Antes de examinar os argumentos que fundam essa conclusão, devemos rapidamente rever os conceitos de sociedade, de cultura e de civilização.

Sociedade e cultura são dois conceitos fundamentais da sociologia e da antropologia que definem as unidades concretas das quais devemos partir. No seu sentido habitual, uma sociedade é um grupo de pessoas cujo conjunto organizado de atividades é auto-suficiente para garantir a cada uma delas a satisfação de suas necessidades materiais e psicológicas. Essas pessoas se consideram como formando uma unidade com limites bem definidos.

Uma cultura é um conjunto complexo de objetos materiais, de comportamentos, de idéias, adquiridos numa medida variável por cada um dos membros de uma sociedade determinada. As duas entidades são correlativas: uma sociedade não poderia existir sem cultura, essa herança coletiva, transmitida de geração em geração. Uma cultura supõe a existência de um grupo que a crie lentamente, a viva e a comunique. Tais são as unidades elementares que constituem a realidade social da África: sociedades que têm cada uma sua individualidade cultural.

As culturas concretas podem ser resumidas em alguns grupos vastos: as civilizações. Cada civilização resume o que seria comum a um certo número de culturas concretas que manifestam semelhanças essenciais. Não há oposição entre os conceitos de cultura e de civilização. A diferença se deve ao fato de que as civilizações não constituem realidades imediatamente perceptíveis para as pessoas que delas participam. Cada cultura concreta é ligada a uma sociedade determinada, cujos membros têm dela consciência. A civilização, sendo um agrupamento de culturas, não é, por isso, a tradição de um grupo, e nem sempre as pessoas que dela participam têm consciência dela.





© CHRIS JACKSON/GETTY IMAGES

Mãe carrega bebê no caminho para hospital no Malawi, 2005

Duas tendências, ambas fundamentais na realidade africana, dividem-se na literatura especializada. Uma que se baseia nas diferenças e encara o continente africano como um mundo diverso culturalmente, mas sem negar a possibilidade de resumir essa diversidade em algumas poucas civilizações, o que fizeram diversos autores, partindo cada um de alguns critérios objetivos: geográficos, históricos, econômicos, tecnológicos, políticos, sociológicos etc.

Outra, ultrapassando a primeira, acha que essas semelhanças apresentam uma certa unidade, uma constelação, ou seja, "uma configuração de caracteres que conferem ao continente africano" a sua

fisionomia própria. É essa fisionomia comum que foi chamada de civilização africana no singular na obra de Leo Frobenius e outros. Os autores africanos em torno da revista *Présence Africaine* preferiram chamar de africanidade essa fisionomia cultural comum às culturas e civilizações africanas.

Como conciliar então a multiplicidade cultural da África com a unidade que constitui a africanidade? Culturas, civilizações e africanidade se situam em três níveis de generalização, mas são conceitos que expressam cada um a seu modo a riqueza das heranças da África negra. Elas não são excludentes, são complementares.

De Conacri a Mogadíscio, de Cartum (Sudão) a Durban (África do Sul), de Abuja a Maputo, de Windhoek (Namíbia) a Ndjamena (Chade), percebe-se uma certa comunidade. São impressões inéditas, duplamente sentidas por estrangeiros ou mesmo africanos que, depois de morar fora do continente africano, retornam ou visitam outra região africana diferente daquela onde moraram anteriormente. Não é o sol, nem a pele escura que fundamenta essa impressão de comunidade da África. Tem-se sol e calor em todas as regiões do globo situadas entre os trópicos, mas nem por isso sente-se na África.

Essa unidade, forte e confusamente ressentida pelo viajante que retorna à

África, é cultural. A experiência de similaridade que é experimentada em diversos pontos da África subsaariana fundamenta-se na similaridade cultural.

O exame atento de certos fenômenos culturais o confirma. Assim, a estatutária negra, que se desenvolveu em todas as regiões da África subsaariana, compreende numerosos estilos. No entanto, num museu de arte não ocidental, percebe-se facilmente um certo parentesco entre as obras africanas, um parentesco que as une e as diferencia das outras, porque se consegue descobri-las num conjunto de obras tradicionais provenientes da Oceania, da América e da Ásia. Não porque tal traço particular se encontra em todas as esculturas africanas e unicamente nessas, e sim porque uma constelação de caracteres confere à arte africana seu próprio rosto. A arte africana ou a africanidade artística é o conjunto de formas de artes que surgiram na África subsaariana e que, quer sejam consideradas isoladamente, quer em conjunto, diferem das formas de artes surgidas em quaisquer outras regiões do mundo. Assim, seria impossível confundir uma máscara bamilikê, bakongo ou bakuba com uma máscara japonesa utilizada no nô, ou um bronze do Benin com obras de artistas ocidentais da mesma época. As formas de arte que se encontram nas diferentes regiões da África negra e entre diferentes etnias não só apresentam muitas vezes semelhanças de estilos como também possuem em comum um certo número de características gerais que se sobrepõem às diferenças de estilos. Nota-se, por exemplo, um certo número de similitudes nas relações entre as formas artísticas e as crenças religiosas, o que leva a atribuir às práticas rituais da maioria das sociedades africanas as mesmas origens. Em geral, as formas da arte africana se inscrevem num quadro comum, mesmo se este pano de fundo conceitual venha a se exteriorizar de diferentes maneiras.

As línguas africanas são numerosas. Segundo os critérios escolhidos, contam-se, segundo autores, de 700 a 1.500. No entanto, uma de suas três grandes famílias, afro-asiática, nilo-saariana, níger-kordofoniana, a última se estende sobre

O uso da palavra e do gesto dá outra idéia de africanidade. Com eles, o homem deseja se apropriar de parte importante da força que irriga o universo

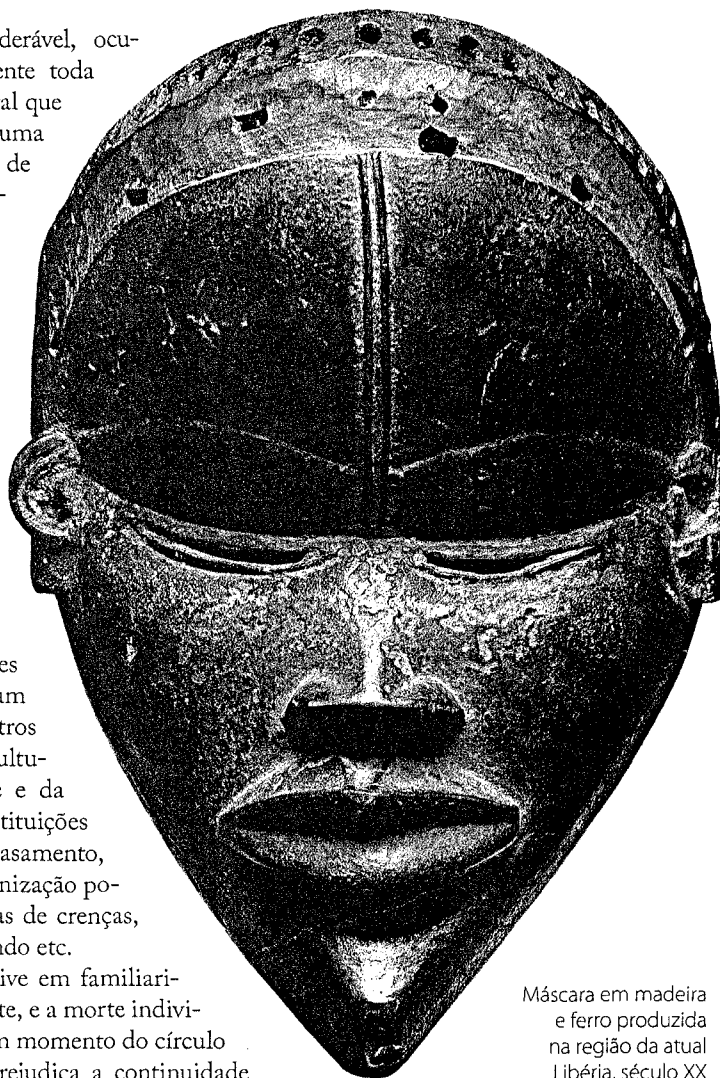
uma área considerável, ocupando praticamente toda a parte continental que se situa ao sul de uma linha traçada de Dacar a Mombança. Apesar dessa enorme expansão e uma grande variedade, as línguas nígero-kordofonianas apresentam entre elas muitas características comuns para que possam ser classificadas numa única família.

As conclusões similares poderiam ser tiradas de outros domínios da cultura, fora da arte e da língua; das instituições sociais como o casamento, a família, a organização política, os sistemas de crenças, as visões de mundo etc.

O africano vive em familiaridade com a morte, e a morte individual é apenas um momento do círculo vital que não prejudica a continuidade da vida. Mas isto não significa ou não impede que a morte provoque uma desordem tanto na pessoa do defunto como entre seus próximos, na sua linhagem e na comunidade inteira. Os ritos funerários servem justamente para contornar simbolicamente a desordem e restaurar o equilíbrio emocional do grupo abalado pela morte.

Quando a morte acontece, é preciso compor com a negatividade que ela representa, proteger-se contra ela, elucidar suas causas para proceder à restauração da ordem. Sobretudo, é importante que

o grupo afirme sua coesão e vitalidade; coloque em visibilidade suas energias escondidas com vistas a uma nova partida: os grandes funerais africanos são festas ruidosas que reúnem pessoas de todas as idades num ambiente de excitação sustentada pelas danças, cantos, arengas, ritmos dos tambores, comidas e libações. Pouco a pouco a atenção se desvia da morte real, inaceitável em sua dimensão individual e afetiva, para se içar ao plano simbólico onde a morte é a garantia de um excedente de vida.



Máscara em madeira e ferro produzida na região da atual Libéria, século XX

COLEÇÃO ETTA DONNER - MUSEU ETNOLÓGICO DE BERLIM/ DIVULGAÇÃO EXPOSIÇÃO ARTE NA ÁFRICA - CCB/SP

Paisagem africana

POR GREGORY COWLES

Na imaginação ocidental – o que equivale a dizer nas páginas de livros lustrosos de mesas de café – há duas visões predominantes sobre a África, nenhuma das quais exatamente real. A versão da *National Geographic*, com suas belas paisagens escarpadas e vida selvagem, e a versão do noticiário noturno, com seu recital sobre pobreza, corrupção e conflito étnico. Utopia ou antiutopia, façam suas escolhas.

África, de Michael Poliza, é firme no campo utópico. Um livro compacto e majestático (pesa mais que a maioria dos recém-nascidos), contendo 180 retratos surpreendentemente vívidos de animais e vistas do sul da África: zebras galopando através do delta, um pequeno avião cruzando a savana, uma girafa de longas pernas se inclinando para beber de uma lagoa. Poliza é um empreendedor e ex-astro-mirim alemão que se voltou para a fotografia da natureza no terceiro ato, e, em seus temas mais óbvios, pode parecer que ele ainda está buscando seu caminho – você pode quase imaginar o filhote de leopardo encarando em alerta em um pôster motivacional em seu Rotary Club local. Mas mesmo essas imagens familiares são visualmente formidáveis, e outras são verdadeiras reve-

lações de textura, cor e forma. Um close-up extremo da pata de um elefante são puros rochedos e fissuras, uma formação rochosa com unhas. E uma foto do nível do solo de papa-figos-de-cabeça-preta na Tanzânia congela seu caos festivo em um tipo de dança de leques, suas asas estendidas habilmente ecoando a fronde das palmeiras que pendem em todo o redor.

Para checar a visão antiutópica – e depois transcendê-la, gloriosamente – você não precisa olhar para nada além da vida e época de Nelson Mandela. Condenado em 1964 por ser um dissidente terrorista e sentenciado à prisão perpétua por liderar a luta do Congresso Nacional Africano contra o apartheid, Mandela se tornou um símbolo de resistência e esperança muito além da África do Sul. Ele correspondeu às expectativas quanto a sua imagem heróica de maneira espetacular em sua libertação em 1990, quando renunciou à violência e negociou um fim para o brutal regime racista dos afrikaners, tornando-se o primeiro presidente democraticamente eleito da África do Sul em 1994. Parte história oral, parte biografia pictórica (com mais de 250 fotografias), *Mandela: The authorized portrait* traça a carreira do sul-africano desde os primeiros dias como líder estudantil e

jovem advogado até as décadas na prisão como uma celebridade de uma causa internacional, depois seguindo para o prêmio Nobel de 1993 e o compromisso pós-presidencial com a igualdade e a paz. O livro inclui reminiscências de Bill Clinton, Bono e Muhammad Ali, dentre muitos outros, mas as contribuições mais fascinantes vêm de sul-africanos comuns – um oficial de justiça, um colega de prisão de Robben Island, um amigo da família – que testemunharam a evolução política e pessoal de Mandela. Há um monte de coisas feias aqui, em fotografias de policiais brancos espancando mulheres negras em um protesto de 1959 ou de um negro ateando fogo em outro durante a horrível violência nas ruas da década de 1980; e os editores não se acanharam diante dos aspectos mais complicados da biografia de Mandela. (Seu conturbado primeiro casamento e seu doloroso divórcio de Winnie recebem ambos o que lhes é devido.) Mas o livro se alça acima da confusão antiutópica. As imagens que devem permanecer por mais tempo com os leitores mostram um velho estadista cruzando o olhar com o de seu jovem neto enquanto o segura no alto, momentos antes que o garoto lhe aperte o nariz.

© CELSOPUPO - DREAMTIME



Vista da Cidade do Cabo, na África do Sul, onde o apartheid acabou em 1990

Mandela: the authorized portrait

Vários autores
PQ Publishers
356 págs.
US\$ 31,50



África

Michael Poliza
Te Neues UK
408 págs.
US\$ 435



Assim funciona a ideologia funerária da África tradicional: o morto impuro e perigoso é transformado em ancestral protetor e reverenciado, a morte é transformada em vida, como diz Louis-Vincent Thomas em *La mort africaine: Idéologie funéraire en Afrique Noire*.

Uma das realidades da africanidade é a força vital, essa possibilidade de agir sobre as forças através das práticas mágicas e da feitiçaria. A própria morte constitui uma das maneiras de agir sobre as forças. A circulação da força vital, o princípio da força vital caracteriza toda a África.

O uso da palavra e gesto, por exemplo, dá uma outra idéia de africanidade. Pelo uso da palavra e gesto, o homem pretende apropriar-se de uma parte importante da força que irriga o universo e utiliza

Decorrentes de enfermidades físicas ou debilidade mental, os casos de solidão voluntária são vistos como aberrações ou acidentes infelizes

essa força para suas próprias finalidades. As palavras são eficazes porque são carregadas de forças. A palavra, na África, pode curar como pode matar, porque é carregada de uma força vital importante. Enquanto a feitiçaria pode ser aplicada lícita e abertamente, a magia, ao contrário, é considerada como criminosa porque visa prejudicar alguém. Na África, a atitude mágica e a visão do mundo de forças são, logicamente, coerentes, o que é diferente das outras civilizações. A morte não é uma ruptura, é uma mudança de vida, uma passagem para outro

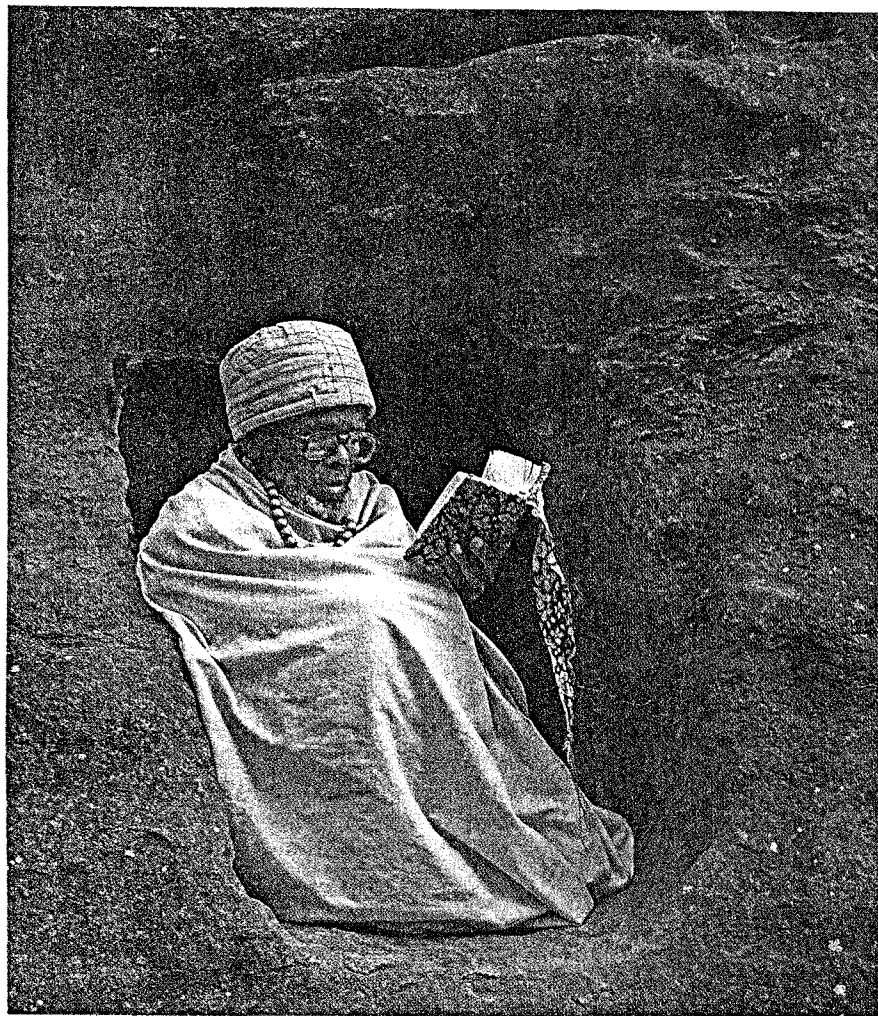
ciclo de vida; os mortos entram na categoria dos ancestrais, participam de uma força vital maior.

A iniciação, uma das características fundamentais da africanidade, é uma experiência que pode ser temível quando acompanhada de operações cirúrgicas, tais como a circuncisão ou a excisão, ou as escarificações e deformações dentárias, que constituem as marcas étnicas. Constituem-se em provas que devem ser suportadas sem queixa, pois para desfrutar dos direitos de adulto é preciso ser digno, mostrar que será capaz de suportar as feridas físicas e morais que a vida inflige, as dores do parto e os riscos da guerra. A iniciação é também um ensinamento, uma escola; e isso é mais importante ainda nas sociedades guerreiras e pastorais.

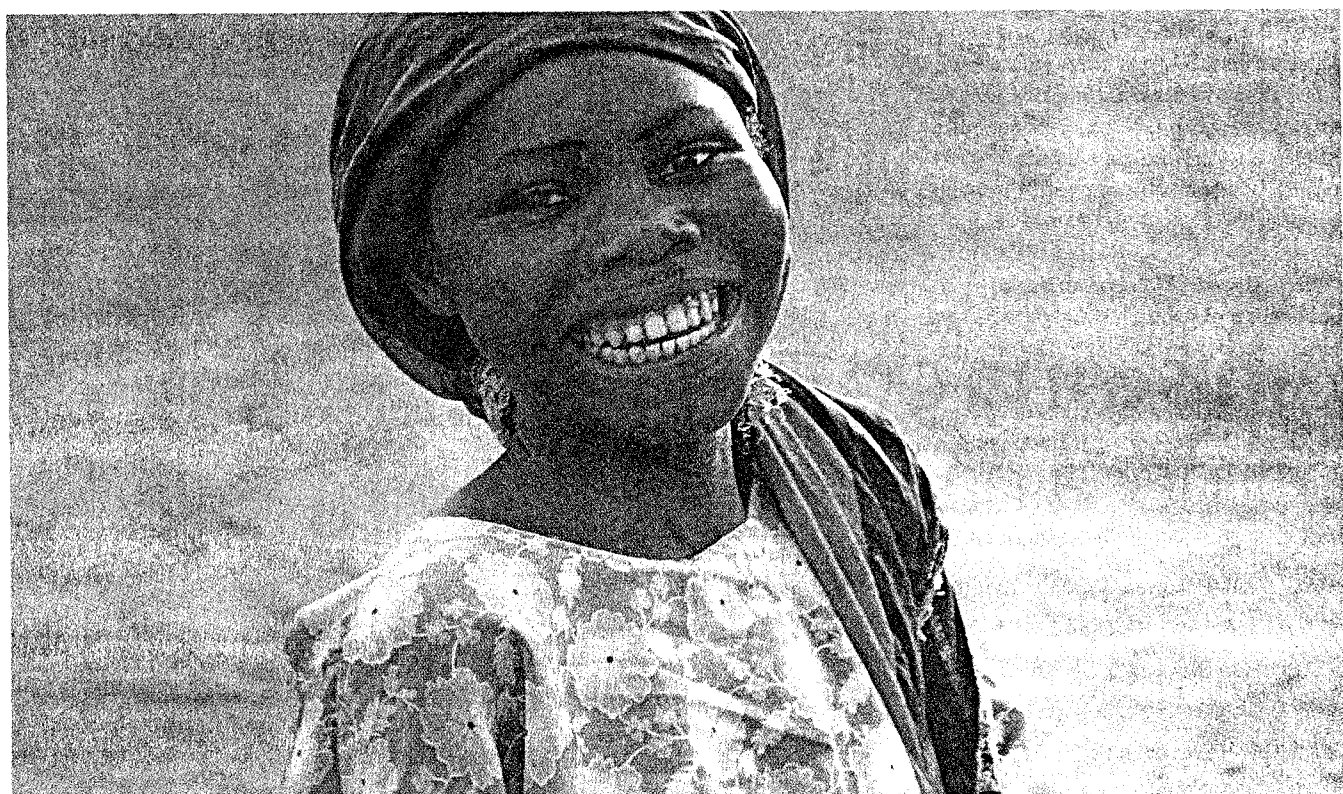
Com relação ao casamento, ser adulto é, antes de tudo, ser casado, ser pai e ser mãe. Não há nas sociedades africanas papel social normal previsto para os solteiros. Decorrentes de enfermidades físicas ou debilidade mental, os casos de solidão voluntária se produzem apenas às vezes, e são considerados como aberrações ou como acidentes infelizes. O casamento africano não interessa apenas aos futuros esposos, ele é antes de tudo uma aliança entre dois grupos de parentesco. A primazia da linhagem é claramente indicada durante todas as etapas do longo processo de casamento. A preferência individual é menos importante; existe, mas é menos importante. Uma das características desse casamento é o dote. Sempre vai da família do futuro marido à família da mulher.

As formas de governo africano são diversas: existe chefia, reino e até império. No entanto, essas formas têm em comum certas características. O poder, a autoridade do patriarca da linhagem é baseada nos laços de sangue (isso é fundamental); a autoridade de um chefe de aldeia é baseada na mesma lei do sangue;

Eremita dedicado à leitura na Etiópia



© GAVIN HELLIER - GETTY IMAGES



Garota de origem hauçá; muitos africanos dessa etnia foram trazidos para o Brasil

numa chefia, a lei da territorialidade predomina para justificar a autoridade, mas o fundamento do poder é baseado no parentesco, pelo sangue. Mesmo quando esse parentesco não é real, ele pode ser mítico. Sempre se vai inventar uma relação mítica para poder justificar o parentesco. Mesmo no caso das chefias dos reinos onde a territorialidade é predominante para justificar o poder, o parentesco está sempre presente.

Nas monarquias africanas, não há uma separação nítida entre os três poderes: legislativo, judiciário e executivo, que são geralmente reunidos na pessoa do monarca. O que leva, teoricamente, a um certo absolutismo. Digo teoricamente porque ele é praticamente neutralizado pela união das linhagens, que constituem grandes forças sociais e que o rei deve respeitar.

O poder supremo do monarca africano é geralmente sagrado. O soberano, por seu cargo, e não por uma predestinação individual, ocupa uma posição privilegiada no universo das forças do mundo do qual participa, mais do que

seus súditos, pois é representante do seu povo. Há uma identificação mítica entre o rei e seu povo.

No que se refere à democracia, qual a característica da africana? Era a unanimidade e não a maioria parlamentar. Os velhos discutiam horas e horas embaixo de uma árvore. Discutiam até conseguir a unanimidade para tomar a decisão. Isso pode explicar por que em muitos países africanos o regime parlamentar não deu certo. A tendência é voltar sempre ao partido único para reencontrar essa unanimidade africana.

Na esfera da ação, a unidade africana foi também reconhecida pela afirmação da Negritude e do Pan-africanismo. A Negritude, posição intelectual, e o Pan-africanismo, posição política, ambos convergem ao afirmarem, a primeira, que todos os africanos tinham uma civilização em comum, o segundo, que todos os africanos deviam lutar em conjunto.

Intuição global de vida concreta africana, análise das obras, das instituições, das idéias, visões do mundo, reivindicação da Negritude, Panafricanismo con-

vergem para o mesmo fato: a África ao sul do Saara é culturalmente uma. Essa comunidade cultural é a africanidade, ou seja, a configuração própria à África de diversos traços que podemos encontrar separadamente alhures. Todos os rostos humanos são constituídos dos mesmos componentes: nariz, olhos, lábios, boca, etc., tal ou tal desses componentes pode-se encontrar idêntico em diversos rostos; mas a combinação desses traços idênticos é que forma o rosto único. A africanidade é esse rosto cultural único que a África oferece ao mundo.

Colocar a questão da africanidade nas diásporas equivale a colocar a questão das resistências culturais que por sua vez desembocaram em identidades culturais de resistência em todos os países do mundo que foram beneficiados pelo tráfico negreiro. O Brasil é um deles, ou melhor, é o maior dos países beneficiados pelo tráfico transatlântico e também aquele que oferece diversas experiências da africanidade em todas as suas regiões, do norte ao sul, do leste ao oeste. ■

A história do mundo começa na África

No continente africano, surgiu o *Homo sapiens*, há aproximadamente 160 mil anos. Foram eles que constituíram os primeiros núcleos urbanos na Europa mediterrânea, América, Ásia e Oceania. Quando se pensa em civilização, também o continente é pioneiro, sobretudo a partir do Egito faraônico

POR MURYATAN SANTANA BARBOSA

O interesse atual do público e dos acadêmicos quanto à história da África, dos africanos e de seus descendentes é um acontecimento promissor na cultura e no pensamento social brasileiro. Em relação à história da África, em particular, tal interesse tem ensejado novas possibilidades de ensino, pesquisa e extensão nos âmbitos acadêmico e pedagógico.

Uma primeira observação necessária a esta história é a compreensão de sua amplitude. Falar em história da África é falar sobre a história humana. Afinal, foi lá que surgiu o *Homo sapiens*, cerca de 160 mil anos atrás. Os verdadeiros “Adão” e “Eva” eram, pois, homens e mulheres africanos, de faces negróides. Os mesmos formaram os primeiros núcleos urbanos na Europa mediterrânica, América, Ásia (Oriente Próximo, Médio, Ásia Central e do Sul) e Oceania – inclusive, portanto, no Brasil, como comprova a descoberta revolucionária do crânio de “Luzia”, em Minas Gerais, em 1975. Esse achado mostra que as primeiras populações hu-

manas no continente americano eram negróides, provavelmente oriundas dos arquipélagos do Pacífico.

Quando se pensa em civilização também a África foi pioneira. A importância do continente no mundo antigo é hoje inegável. Sobretudo a partir da ascendência civilizatória milenar do Egito faraônico sob as civilizações que beiravam o Mediterrâneo: persa, assíria, hitita, cretense, helênica, hebraica e outras. Assim como influenciou interiormente a África, desde o Alto Nilo e abaixo, entre os núbios e cuxitas, na época do Império de Kush (aproximadamente 1000-0 a.C.).

Trata-se de uma história de 7 mil anos que formou a base sociocultural da maioria das civilizações na Antigüidade. Algo que foi consolidado com a formação da cultura helenística e a construção da célebre biblioteca de Alexandria, após as conquistas de Alexandre, o Grande (356-323 a.C.).

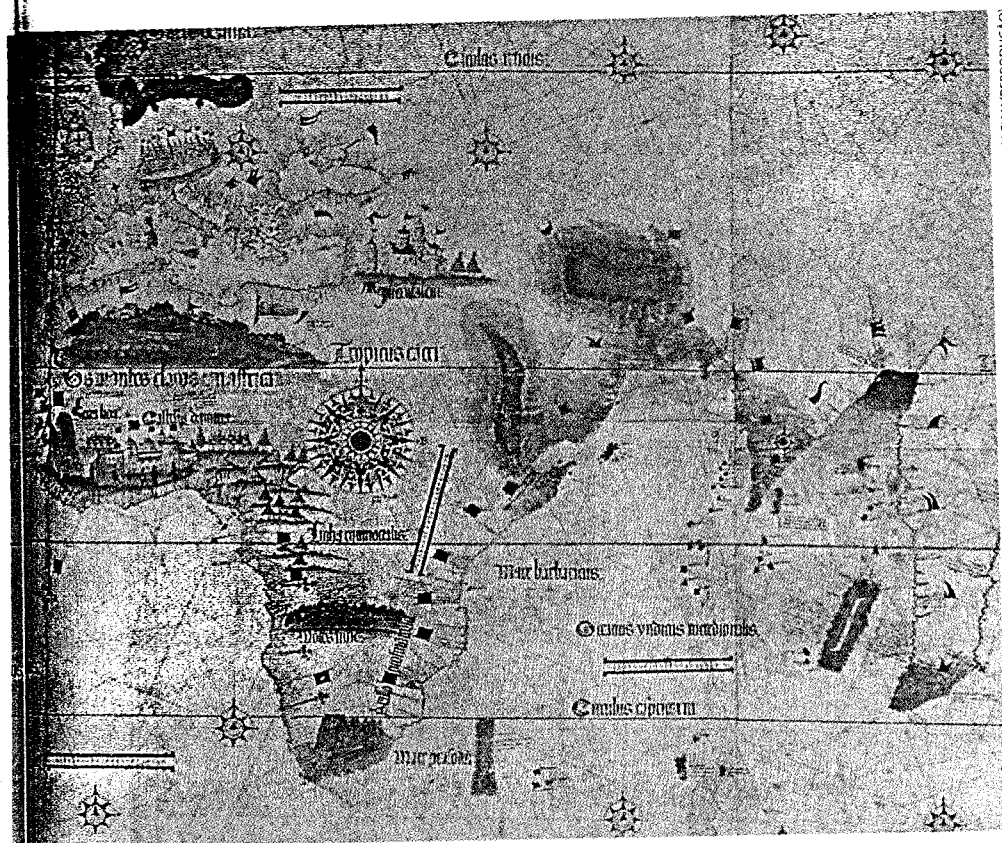
É difícil resumir a amplitude desse fenômeno histórico. Refere-se, primordialmente, à influência que a cultura



Continente africano ocupa o centro do planisfério

egípcia teve para a expansão das artes, das ciências empíricas (matemática, geometria, biologia, astronomia etc.), da filosofia da natureza e do pensamento religioso. Em língua portuguesa, o leitor encontrará uma introdução a esta vasta história no segundo volume da grandiosa obra *História geral da África*, escrita sob coordenação da Unesco.

Após 4 mil anos de história, a civilização egípcia entrou em processo de decadência que iria culminar com as invasões do último milênio antes de Cristo. Foi uma queda que enfraqueceu também seus vizinhos africanos, núbios e cuxitas. Na virada do último milênio para a nossa era, a África assistiu a outro fenômeno relevante em sua história: as migrações populacionais para a África austral sub-saariana. Salvo melhor juízo, foram essas migrações que trouxeram a manipulação do ferro e do bronze para essa vasta região ao Sul da África. Um saber essencial para a criação de instrumentos agrícolas mais desenvolvidos, além de armas mais letais. O historiador Joseph Ki-Zerbo



ACERVO CASA DE PORTUGAL, SÃO PAULO/© LUIZ FERNANDO MACIAN (REPRODUÇÃO)

português anônimo, dito de Cantino, datado do começo do século XV

traz esta hipótese no seu conhecido livro *História da África negra* (1979).

Talvez por essa razão, em diversos mitos de origem dos povos da África austral e da ocidental se observa a referência ao grande ancestral comum, geralmente conhecedor do poder da metalurgia: guerreiro ou agricultor. Na mesma época vê-se também a ocupação da ilha de Madagascar. Essa ocupação, porém, não foi realizada primeiramente pelos africanos, mas pelos aborígenes indonésios, na virada do último milênio. Posteriormente, ela foi também ocupada por povos nativos africanos, formando uma cultura e população híbridas. Uma visão introdutória a essa história singular se encontra em *África: desde la prehistória hasta los estados actuales* (1972), de Pierre Bertaux.

Outro fato que vem sendo recuperado em relação à África é a história da civilização de Axum, entre os séculos I e V d.C. Tal civilização era localizada no nordeste da África, atual Etiópia (leste e norte). Somália, Sudão e Eritreia; fazia

divisa com o mar Vermelho. O surgimento de Axum esteve historicamente ligado a sua localização privilegiada, próxima aos antigos núcleos urbanos cuxumitas, egípcios e árabes. Devido às trocas culturais que tal proximidade propiciava, a formação étnica e cultural dos axumitas tinha um caráter híbrido. Sua população era majoritariamente negróide. Sua cultura, entretanto, tinha características semitas, embora transformadas. Sabe-se da presença de tradições como a circuncisão e a excisão infantil, além do respeito ao sabá e dos cantos de origem judaica.

Durante os séculos III a V, a civilização de Axum adquiriu caráter imperial, impondo submissão aos reinos vizinhos da região noroeste da África (em particular Meroé, antiga capital de Kush) e da Arábia meridional. Essa expansão de Axum permitiu-lhe assumir o controle de vastas terras cultivadas até o mar Vermelho. Por este poder, ocupou posição intermediária no comércio marítimo do Índico, entre os impérios do Oriente

(chineses, mongóis e hindus) e o Império Romano, então em decadência. Da ilha de Moçambique até a costa indiana, estendendo-se ao longo do Índico, havia um circuito de centenas de cidades que em diferentes fases respondiam por grande absorção de trocas com as sociedades africanas.

A partir do século V, quando passou por crise social, a civilização axumita foi reapropriada pelo Reino Etíope. Todavia, sua característica híbrida tradicional foi abandonada com a adoção do cristianismo, que havia chegado à região por volta do século IV. Após a decadência de Axum, a história da África, em especial do norte e nordeste, esteve diretamente ligada à rápida expansão islâmica no continente a partir do final do século VII.

A velocidade desta expansão é marcante. Em apenas 50 anos os muçulmanos (originários ou convertidos) haviam dominado todo o norte da África, de Alexandria até Cartago. Entretanto, devido às guerras internas pelo controle do legado de Maomé, os islâmicos não mantiveram a unidade original. Na África, ao norte, três impérios foram resultado desse conflito interislâmico: fatímida (X), almorávidas (XII) e almôadas (XIII). Uma caracterização destes impérios pode ser encontrada em *Breve história da África*, de Roland Oliver e J. D. Fage.

A importância desses impérios muçulmanos não está apenas em sua centralidade na região subsaariana e egípcia, mas também por sua relevância na área subsaariana. Em particular, nos reinos e impérios africanos da África sudanesa (noroeste), a partir do século X, como Gana, Mali, Songai, Kanem-Bornu, Iorubás e Hauçás. Na África, a consolidação do *mundo muçulmano* favoreceu a consolidação de estados e reinos sudânicos durante a época medieval. Seu papel era primordialmente mercantil.

Tal influência se explica, em grande parte, pelo aumento da escala do mercado internacional por via terrestre ou marítima (oceano Índico e Pacífico), entre os séculos X e XIV. Era um comércio em que os europeus tinham papel secundário, diante da expansão dos impérios muçulmano, chinês e mongol.

É impossível resumir a riqueza da história desses reinos e impérios africanos desta época em poucas linhas. Geralmente formados antes da chegada dos muçulmanos à região, suas riquezas estavam associadas ao comércio com estes, baseado no fornecimento do marfim, cativos e, sobretudo, ouro. É pelo controle dessa rota do ouro na região subsaariana que muitos destes reinos e impérios foram construídos e destruídos no período de domínio muçulmano, entre os séculos X e XV.

Além do comércio, tais sociedades viviam da pesca, agricultura e produção artística. Em especial, os hauçás e iorubás, que eram hábeis artesãos e tintureiros — sua arte era apreciada no golfo de Benin, na África ocidental. A vida urbana estava geralmente associada à capital dos reinos, com a morada dos soberanos, a administração e uma praça pública para o comércio. Com exceção dos hauçás, os camponeses ficavam fora dos núcleos urbanos.

Eram civilizações que possuíam cultura própria e estruturas distintas, com ascendência religiosa diferenciada. Possuíam um vasto panteão de divindades relacionadas às forças da natureza e aos antigos fundadores do reino. Os iorubás, em particular, tinham um complexo e sofisticado sistema cultural, baseado na hierarquia e nas influências recíprocas de suas principais cidades: Ifé, Benin e Oio. O livro já citado de Joseph Ki-Zerbo (1979) é importante fonte de informação sobre a África sudanesa na época.

Durante a época medieval a África viu surgir, além desses impérios e reinos sudaneses, duas civilizações relevantes em sua região central: o império de Monomotapa e o reino do Congo. O império de Monomotapa ocupava uma vasta área entre o atual Zimbábue, África do Sul, Malavi e Moçambique. Sua origem está associada à chegada dos xonas à região, que teriam colonizado as populações locais. Do século XII ao XV, construíram centros urbanos consideráveis, do qual as

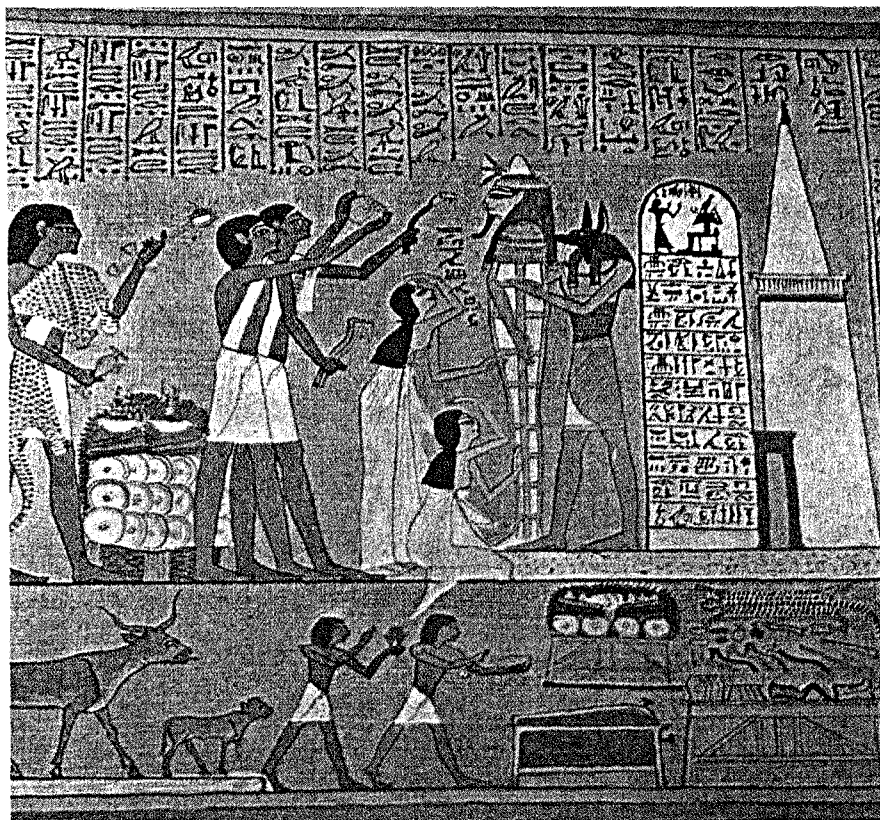


Ilustração do Livro dos Mortos, colocado junto às múmias; Egito teve ascendência sobre a África

muralhas de pedras ainda existentes são provas vivas, em particular a Acrópole e a muralha do "Grande Zimbábue". Criadores de gado, os monomotapas eram também hábeis comerciantes, estabelecendo trocas com os muçulmanos e mercadores chineses pelo porto de Sofala, controlado pelos primeiros.

A costa oriental da África entre os séculos XI e XIX foi um importante centro de comércio marítimo entre africanos, árabes e chineses. Sabe-se que existiam dezenas de cidades para este fim nesta costa, desde Moçambique até a Etiópia. Entre elas, Quilóá, Pate, Mogadíço e Zanzibar. Na costa oeste da África central, vê-se também o surgimento do chamado reino do Congo durante o século XIV, ocupando uma área entre a atual Angola, República Democrática do

Congo e Zaire. Tratava-se, em verdade, de uma confederação de cidades.

O reino do Congo foi um importante núcleo urbano da região. Estima-se que quando os portugueses chegaram com Diego Cão, em 1482, sua população chegava aos milhões de habitantes. Possuía uma estrutura política descentralizada, tendo por base as chefias das aldeias e o soberano, intitulado Manicongo.

Essa estrutura social foi significativamente alterada com a chegada dos portugueses. Após a instauração do Regimento de 1512, o Congo se transformou em poder intermediário de Portugal na costa ocidental africana. Foi de lá, em 1532, que os portugueses enviaram os primeiros africanos escravizados para São Vicente, Brasil.

Durante o século XVI, por interesse dos portugueses, outro poder local, o reino de Angola, se constitui como porta de saída para o tráfico. Pela ação destes dois pólos, veio grande parte dos africanos escravizados para o Brasil durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Eram de origem

Durante o século XVI, por interesse dos portugueses, outro poder local, o reino de Angola, se constitui como porta de saída para o tráfico

bantu. Uma ampla comunidade étnica, definida por sua identidade lingüística e cultural com diversos povos distintos da costa leste e oeste da África central.

Após a ação colonizadora dos portugueses, outras nações européias entre os séculos XVI e XVII construíram fortes ao longo do litoral africano. Sobre tudo na chamada costa do Ouro (desde então, costa dos Escravos), noroeste da África. Eram holandeses, ingleses, franceses e espanhóis. Tratava-se de uma luta pelo acesso à maior riqueza africana: pessoas. Um comércio escravista de alto poder lucrativo.

Evidentemente, como referido, o tráfico de escravos já existia no continente antes da chegada dos europeus, no século XV. Segundo estimativas, foi um comércio que escravizou cerca de 5 milhões de africanos. Número grande, mas que não se aproxima, segundo cálculos atuais, dos cerca de 15 milhões de pessoas envolvidas no tráfico moderno, desde o século XV.

Ademais, o tráfico ocidental tinha uma alta taxa de mortalidade. Estimase que ela tenha sido de 80%. Ou seja, para cada pessoa viva que chegava cativa à colônia, havia cinco mortas no processo de escravização (captura, prisão e trans-

porte). Se tais dados estiverem corretos, se conclui que o tráfico acarretou, pelo menos, 75 milhões de mortos. Trata-se do maior genocídio da história humana. Dois estudos que tratam do assunto de uma perspectiva histórica são *A escravidão na África: uma história de suas transformações* (2002), de Paul Lovejoy, e *De cómo Europa subdesarrolló a África* (1982), de Walter Rodney.

O interesse dos europeus, defendido militarmente, desestabilizou a capacidade dos reinos africanos para existirem como centros de organização social. Desde então, sua existência estava relacionada à sua funcionalidade como poder intermediário no tráfico escravista. Em particular, na captura de novos escravos e na destruição dos povos e sociedades que se opunham a tal situação. Surgidos durante os séculos XVII e XVIII, os reinos de Abomé e Ashanti tiveram papel fundamental para a difusão e o aumento da escala do tráfico de escravos na costa dos Escravos.

Como parte da acumulação primitiva, o tráfico de escravos foi essencial para o desenvolvimento industrial do capitalismo. Não por acaso, muitos dos industriais ingleses eram ligados ao tráfico escravis-

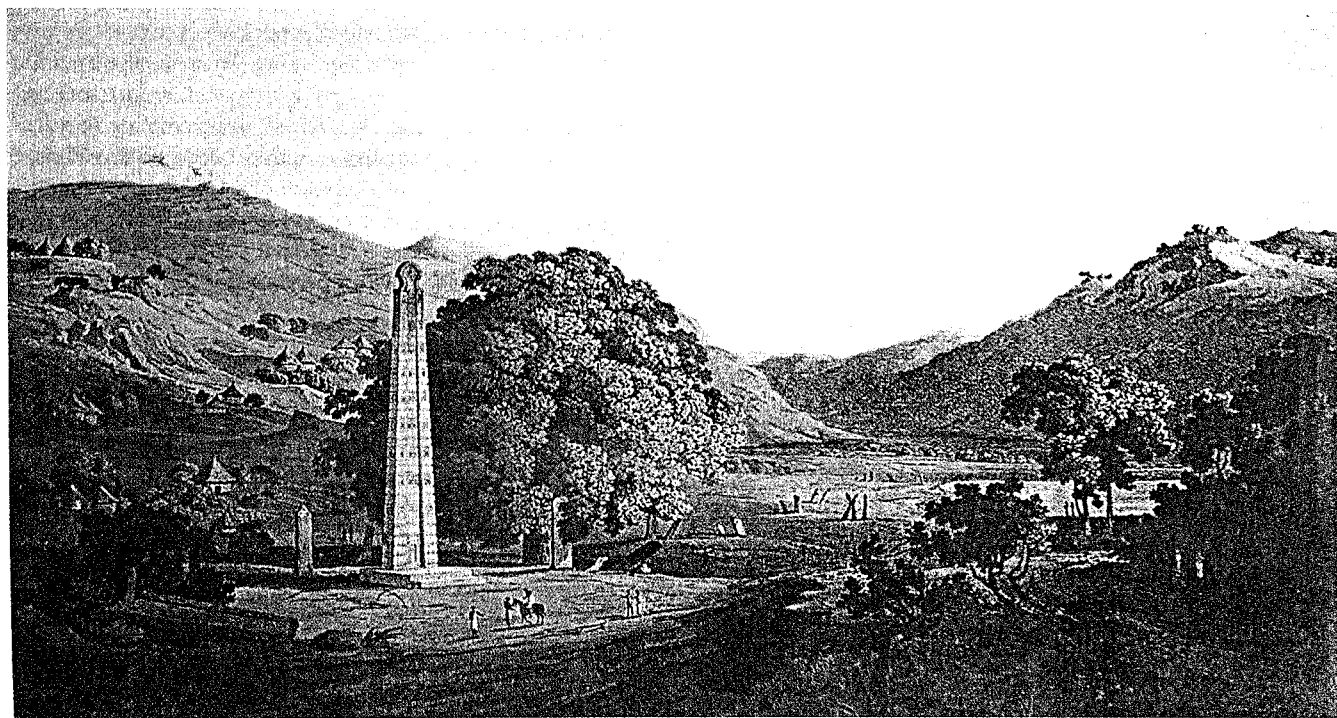
ta; diretamente, como escravagistas, ou indiretamente, como sócios e acionistas das companhias comerciais.

Por outro lado, com o tráfico, a diáspora africana levou à formação dos povos afro-americanos, resultantes de sua integração forçada como mão-de-obra escrava. Desde então, vê-se o surgimento do povo afro-brasileiro, afro-estadunidense etc., enquanto sínteses locais da população negra (africanos e seus descendentes). Trata-se, pois, de fusões e sínteses singulares desse vasto e complexo universo cultural das etnias africanas.

Ao longo do século XIX, depois da proibição gradativa do tráfico escravista, a África passou por um período de “descoberta” por parte das nações européias. Foi uma época em que os missionários e expedicionários tiveram papel fundamental na sujeição e no recolhimento de informações sobre o interior do continente, praticamente desconhecido pelos europeus até a virada dos séculos XIX e XX.

Em busca de mão-de-obra barata, novos territórios e matérias-primas para o desenvolvimento de suas indústrias, os europeus “retornam” à África na segunda metade do século XIX. O ápice dessa

Obelisco de Axum, civilização que viveu na atual Etiópia entre os séculos I e V



Como a Europa dividiu o continente africano

Grande parte dos problemas atuais na África – economia estagnada, corrupção política, miséria social – está relacionada ao fato de suas antigas nações, de origem étnica, haverem sido aleatoriamente divididas conforme os interesses das metrópoles nas colônias, na Conferência de Berlim, em 1884-85. Tal fato fez com que em um mesmo país, desenhado como colônia, existam diferentes etnias, por vezes historicamente inimigas.

Além disso, muitas dessas divisões étnicas pró-coloniais foram instrumentalizadas pelos colonizadores para a manutenção de sua dominação. Trata-se da famosa tática “dividir para dominar”. Essa tática foi especialmente utilizada nas regiões em que o número de colonizadores era proporcionalmente muito pequeno em relação aos colonizados. Nesse caso, os colonialistas se aproveitaram das divisões étnicas nativas ou mesmo incentivaram sua recriação de duas formas correlatas: a) favorecendo um grupo étnico em particular; b) favorecendo ora um, ora outros grupos étnicos.

No primeiro caso tem-se, por exemplo, a administração colonial inglesa no Quênia, Gana e África do Sul. Nesta última, temerosos da unidade zulu, os colonizadores favoreceram o sentimento de unidade das demais comunidades étni-

cas. Essa rivalidade interétnica perdurou ao longo do século XX, prejudicando a união contra o *apartheid* naquele país.

Assim ocorreu também durante a ascensão dos movimentos de descolonização, quando os colonialistas incentivaram a rivalidade étnica contra grupos mais ativos nas lutas de libertação. Este é o caso, por exemplo, da colonização portuguesa na Guiné-Bissau, na década de 50. Com o intuito de minar o avanço das forças revolucionárias do Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde (cujo líder foi Amílcar Cabral), os portugueses recorreram à luta contra os balantes, majoritariamente favoráveis à independência.

No segundo caso da tática “dividir para dominar”, podem-se citar os graves conflitos entre tutsis e hutus, em Ruanda e Burundi. Historicamente, tsutis e hutus formavam duas nações na bacia do rio Congo desde o século XV. Durante o entreguerras, os colonizadores belgas, pouco numerosos na região, se utilizaram desta tática para reforçar intrigas interétnicas, favorecendo ora tutsis ora hutus. Após a conquista da independência, tais intrigas se transformaram em conflitos étnicos generalizados, levando os países a uma guerra civil intermitente que perdura por décadas. Por outro lado, embora os movimentos de descolonização fossem, em sua maioria, de caráter nacionalista em algumas

regiões da África, a resistência ao colonialismo também possuía uma identidade étnica de base, que foi usada como fator político. Exemplo disso foi a revolta dos Mau-Mau, no Quênia, na década de 50.

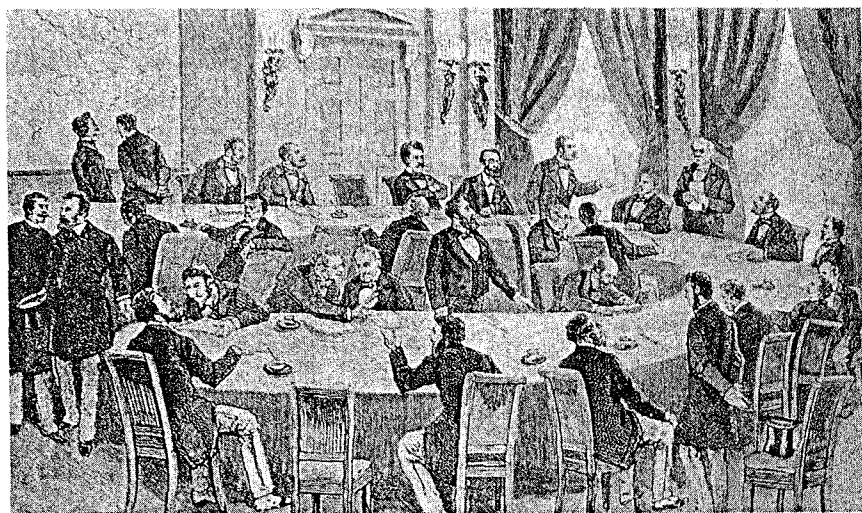
Na época da Guerra Fria, a etnia voltou a ser utilizada na luta política. Em particular pelos Estados Unidos, que defendiam avidamente seus interesses econômicos e geopolíticos no continente. Por exemplo, quando os ibos se libertaram da Nigéria, em 1967, criando a República de Biafra, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, interessados na manutenção das elites hauçás do governo nigeriano, sua aliada na África ocidental, patrocinaram uma guerra civil que se estendeu até 1970, quando os ibos se renderam e o território foi reincorporado à Nigéria. Estima-se que morreram então cerca de 2 milhões de pessoas na guerra civil, em sua maioria ibos.

Na contemporaneidade, as disputas étnicas na África escondem outros interesses, talvez mais escusos. Em primeiro lugar, isto responde ao desejo mórbido de certas milícias de se perpetuarem no poder local, mesmo que instaurando uma guerra infinita. Nesses casos, as lutas se prolongam, principalmente pelo controle das regiões ricas em minerais ou matérias-primas, sobretudo diamantes, ouro e petróleo. Veja-se, por exemplo, a Somália atual, que, após a queda do presidente Siad Barre, em 1991, vive fragmentada em estado de guerra civil intermitente, que já matou dezenas de milhares.

Em segundo lugar, tais conflitos respondem a interesses econômicos de multinacionais e elites governamentais corruptas, preocupadas com a manutenção de mercados e/ou concessões ilegais para as indústrias européias e estadunidenses: farmacêuticas, mineradoras, entretenimento turístico etc. Esse é o papel que cabe, por exemplo, às indústrias madeireiras, como financiadoras dos conflitos “étnicos” da década de 90, que levaram à desconstrução nacional e à crise social da Libéria e do Congo-Kinshasa.

(MURYATAN S. BARBOSA)

Conferência de Berlim, que dividiu a África entre países europeus, 1884-1885



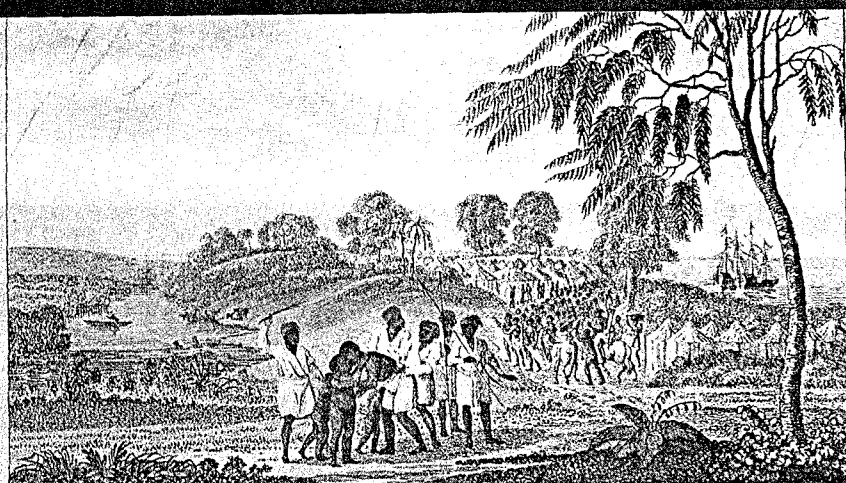
ACERVO CASA DE PORTUGAL, SÃO PAULO/LUIZ FERNANDO MACIÁN (REPRODUÇÃO)

nova corrida à África foi a Conferência de Berlim, em 1884-85. Reunindo os principais países europeus na época, essa conferência traçou os limites territoriais que formavam a maioria das nações africanas atuais. Foi uma demarcação sem nenhum respeito às fronteiras naturais e sociais que marcavam os diferentes povos africanos.

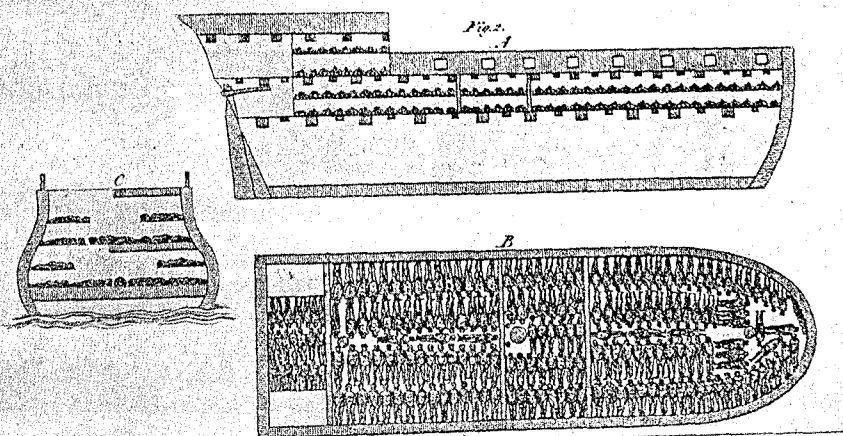
Após essa conferência é que de fato fala-se na Era Colonial da história da África. Entre 1885-1914, os europeus se apoderaram de 9/10 do território africano. Foi um período em que tiveram papel central seis países europeus, detentores da maior parte das novas colônias no continente: Inglaterra, França, Portugal, Bélgica, Itália e Alemanha. Em particular, os dois primeiros citados.

Os primeiros decênios do século XX marcaram uma transformação dos planos coloniais para a África. Inicialmente, com o apoio de alguns intelectuais europeus progressistas, como Pablo Picasso, se iniciou uma reação anti-racista contra o colonialismo. Para estes, a "primitividade" da África representaria uma visão de mundo alternativa. Talvez, uma fonte de criatividade e originalidade perdidas pela expansão da racionalidade instrumental no Ocidente. O pessimismo europeu quanto à Primeira Guerra Mundial contribuiu para nova onda de relativização quanto ao papel do Ocidente nos meios intelectuais.

Por outro lado; vê-se o surgimento dos intelectuais africanos e seus descendentes na diáspora, que começam a sentir-se co-participes da mesma comunidade de interesses na luta contra o racismo e o colonialismo. Desde W. E. du Bois, considerado "pai" do pan-africanismo,



ACERVO CASA DAS ÁFRICAS, SÃO PAULO/© LUIZ FERNANDO MACIAN (REPRODUÇÃO)



Plano de construção de um navio negreiro e embarque de africanos na ilustração do século XVIII

são vários os termos para se referir a esta unidade: raça, etnia, povo, espírito, comunidade etc. O importante foi sua percepção da luta comum dentro de um universo simbólico contemporâneo. É o que Paul Gilroy intitula modernidade negra em sua obra *Atlântico negro: modernidade e dupla consciência* (2001).

Motivada por estes dois movimentos anti-racistas e pelo desencadeamento das guerras mundiais, a organização africana contra o colonialismo tem um salto qualitativo no entreguerras. Neste contexto,

teve papel fundamental a intelectualidade africana formada nas igrejas, escolas e faculdades da própria metrópole, na África ou no estrangeiro. Esse foi o caso de vários líderes dos movimentos de descolonização, a partir da década de 40, como Seke Touré, Kwame N'Krumah, Frantz Fanon, Jomo Kenyatta, Julius Nyerere, Agostinho Neto, Patrice Lumumba e outros. São pensadores e ativistas infelizmente ainda pouco conhecidos do público brasileiro.

Na África, os movimentos de descolonização duraram todo o século XX. Seu objetivo primeiro foi finalmente alcançado: a independência nacional. Muitas foram as formas e tendências de tal fenômeno. Desde a negociação pacífica até as revoluções armadas.

Restam, entretanto, inúmeros problemas às jovens nações africanas. Tais problemas não são tão diferentes do que o de outros países subdesenvolvidos, apenas mais agravados: economia estagnada, miséria social, corrupção política etc. **E**

PARA CONHECER MAIS

- **Africanos vieram antes.** Walter Neves. Fapesp.
- **Breve história da África.** Roland Oliver e J.D. Fage. Sá da Costa.
- **Cultura negra e dominação.** Wilson N. Barbosa. Unisinos.
- **História da África negra.** Joseph Ki-Zerbo. Publicações Europa-América.
- **História e culturas ilustradas da África e sua diáspora brasileira.** Kabenguele Munanga, C. Moura e R. Pereira. Ministério da Cultura.
- **História geral da África: a África antiga.** G. Mokhtar. Ática/Unesco.

Quando o Ocidente descobre a arte africana

No começo do século XX, historiadores, etnólogos e especialistas começam a se interessar pela produção estética da África. Em salões e exposições na Europa, artistas e críticos se encantam com os objetos de arte então recém-descobertos. Demorou, no entanto, para que o olhar etnocêntrico reconhecesse a sua qualidade

POR **DILMA SILVA**

Em *Introdução à cultura africana*, Ola Balogun, ao tratar da forma e expressão nas artes africanas, discorre sobre a necessidade de rejeitar o referencial desenvolvido no Ocidente para o estudo da produção artística do continente africano. Para ele, ao serem analisadas, muitas das manifestações expressas naquilo que os ocidentais chamam de “arte” foram isoladas do todo social para que os especialistas pudessem responder às questões funcionalistas: para que servem? O que pretendem? Por isso, a muitos objetos eram atribuídas funções unicamente religiosas ou utilitárias. Até o final do século XVIII, a produção africana esteve excluída da história da arte ocidental. Somente a partir do século XIX é que a Europa começou a reconhecê-la como “objeto de arte”.

Os primeiros estudos e referenciais sobre arte no continente africano foram feitos por Leo Frobenius na década de 30, que reconhecia a existência de uma verdadeira “civilização africana”, contrapondo-se à visão européia que, até então,

afirmava ser a África um continente de bárbaros. Os europeus só conheciam a África e seus habitantes sob o ângulo do comércio de escravos. Seus conhecimentos históricos, antropológicos e etnológicos falseavam as perspectivas em favor de uma concepção eurocêntrica do mundo, elaborada na época da hegemonia européia. Essa concepção foi introduzida nas colônias através dos sistemas educacionais instituídos pelos colonialistas.

No início do século XX, historiadores da arte, etnólogos e especialistas em estética se interessaram pela arte negra. Nessas décadas emerge, na Europa, um novo público comprador, e a produção artística passa a ser submetida às leis gerais da economia: a oferta e a procura. Os salões e as exposições de arte buscam equilibrar esses dois níveis. Surge, assim, um “modismo”, tendo por núcleo o interesse pelas artes negras, pelo “exotismo” da produção artística africana.

Muitos artistas europeus descobriram a iconografia africana em exposições de museus ou em vitrines de marchands em



Máscara mapiko, utilizada pelos macondes nos rituais de iniciação masculina e feminina

COLEÇÃO DO MUSEU NACIONAL DE ARTE, MAPUTO

Paris e em Londres. Máscaras da Costa do Marfim, estatuetas do Benin e figuras esculpidas em marfim despertaram o interesse de artistas como Maurice de Vlaminck, Henri Matisse, Pablo Picasso e André Derain. As características formais da escultura africana – desproporcionalidade, exagero de uma ou outra parte, frontalidade, verticalidade, assimetria, estilização, abstração e repetição acentuada das formas – conduzia a formas pesadas e maciças. A visualização das formas não tendia para um arranjo de superfície, como na escultura européia ocidental naquele período.

O encontro da arte européia com a africana, no entanto, é um ponto na história da arte bastante negligenciado pelos pesquisadores e mereceria estudo mais atento. Isso contribuiria para o melhor conhecimento de ambas, uma vez que, na bibliografia existente sobre o assunto, a arte negra é considerada pelos especialistas como primitiva e inferior, sendo incluída em pesquisas etnográficas dentro do item cultura material



O Feitiço, tela de Malangatana, um dos principais artistas moçambicanos

e exposta em museus de antropologia e/ou etnologia.

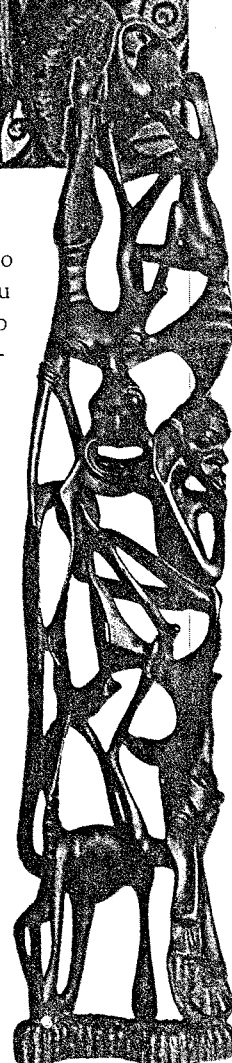
O desconhecimento do "outro", de suas instituições sociais e organizacionais contribuiu, sem dúvida, para a negação da existência de uma arte diferenciada dos parâmetros formulados na Europa. Os estudos iniciais foram justificados não para que essas peças fossem conhecidas como "obras de arte", mas para, através delas, obter-se conhecimento dos costumes dos povos a serem colonizados, ou seja, como instrumento de dominação. Mesmo o inegável valor das obras fundidas em bronze encontradas em Benin e levadas à Europa após uma expedição primitiva inglesa, em 1897, que trouxe dessa região cerca de 2 mil peças – existem fotos dos ingleses ostentando o "triunfo" após o saque –, suscitou debates entre os especialistas. Muitas hipóteses foram levantadas. Alguns afirmavam que provavelmente a técnica teria sido levada aos africanos pelos portugueses – só que nesta época a Europa desconhecia essa técnica. Outros

diziam que essa arte teria vindo da Índia, trazida pelos árabes, teria raízes etruscas ou gregas. Tudo menos reconhecer que os próprios africanos a teriam desenvolvido. Mesmo Frobenius é acusado de ter levado milhares de peças com a finalidade de facilitar o estudo das mesmas. Essas obras saqueadas pertencem nos dias de hoje ao acervo de museus europeus.

Ainda existem lacunas nos estudos sobre o continente africano, uma vez que não há documentação. Contudo, os trabalhos já apresentados por Frobenius, William Fagg, Denise Paulme e Jacqueline Delange, entre outros, comprovam que entre os séculos XII e XIV, antes, pois, do comércio europeu de escravos, existia uma arte singular, com nível técnico perfeito, que rivaliza com o que se produzia no mesmo período no continente europeu. Os achados de Ifé e de Nok, civilizações que floresceram muitos séculos antes da chegada dos europeus, comprovam a grandeza e a originalidade da produção artística africana e o alto nível cultural e civilizatório desses povos.

Delange, que dirigiu o setor de África do Museu do Homem em Paris, ao apresentar o catálogo da exposição itinerante de artes africanas da Unesco, em 1971, propôs critérios para encontrar o que chama de as "zonas estilísticas". São cinco: nas regiões das savanas sudanesas se concentrariam, principalmente, esculturas bambara (as bonecas de fertilidade, as tyi-wara), senufo (bancos, assentos, imagens "totêmicas") e dogon (figuras antropomorfas dos ancestrais); na costa e selva atlântica, há a produção dos bijagós (figuras de ancestrais, vaca-bruto, representação das cate-

Escultura maconde no estilo ujamaa, de Miguel Valingue



gorias de idade, barcos e pinturas murais nas habitações) e dos mendis (figuras ligadas à fertilidade da terra kissi e estatuetas de pedra); no golfo de Guiné, baulé (escultura “negra”, protótipo dos *fétiches noirs*, como eram chamados na Europa), agni (cerâmica, assentos e bancos sacralizados), ashanti (máscaras em ouro e figuras ancestrais), fon (bancos, bastões de distinção e tamboretas para os chefes) e ioruba (cabeças em bronze, pesos em ouro e peças em marfim); na floresta ocidental – Congo, Angola, Gabão e Camerum –, há bamum (tronos cobertos de pérolas e conchas), duala (canoas e cachimbos), fang (cabeças, bustos e figuras antropomorfas de ancestrais), bakota (objetos para rituais funerários) e bakuda (figuras reais, cilindros de adivinhação e peças em relevo); e nas regiões sul e oriental, destaca-se a produção maconde (objetos representando as figuras míticas do universo cultural).

Essa classificação, baseada em categorias estilísticas, dá um indício da diversidade de uma produção que nas primeiras décadas do século XX foi rotulada gros-

Banco no estilo buli, encontrado na região do Congo, século XIX



MUSEU ETNOLÓGICO DE BERLIM/EXPOSIÇÃO DE ARTE NA ÁFRICA – CCB/SP



A partir da esq., obras de artistas africanos contemporâneos: Flores para dia de casar, de Chichorro;



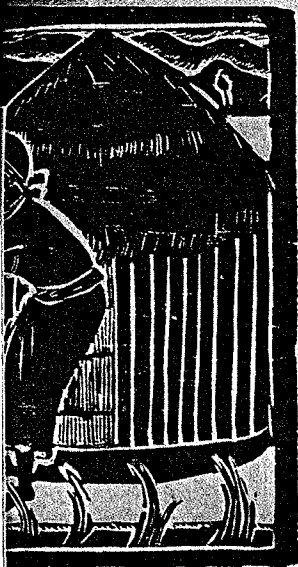
seiramente como “arte negra”: eram peças que nada tinham em comum; a não ser, talvez, o fato de não serem em nada semelhantes àquilo que os pesquisadores estavam habituados.

Outros autores, como Fagg, dividiram a arte africana em três áreas geográficas: Sudão, costa da Guiné e Congo. Segundo eles, a arte do Sudão seria mais abstrata, com maior quietude, interiorização e intensidade, enquanto a do Congo era mais extrovertida e decorada com mais exagero. Já a da costa da Guiné permaneceria num ponto intermediário entre as outras duas. Segundo o historiador Mariano Cunha, tudo leva a crer que a arte sudanesa, através do grupo ioruba, teria influenciado em maior grau as artes plásticas brasileiras, mas ele ressalva que faltam estudos sobre os povos bantos, que também “trouxeram imensa contribuição cultural que só agora começa a ser posta em realce”.

Em *Neolítico: arte moderna*, Ana Cláudia de Oliveira oferece um quadro sobre as publicações de obras com objetos africanos e da Oceania, que só surgiram a partir de 1916. Ela aponta ainda a grande importância dos museus etnográficos. O Museu do Trocadero possui um dos acervos que mais intensamente propiciou o contato dos artistas europeus com essa arte. Em junho de 2006, foi inaugurado, em Paris, o Museu do Quai Branly, reunindo o que existia no acervo do Louvre e de outros museus franceses sobre a produção africana, além da asiática e da Oceania, totalizando cerca de 3.500 obras.

Os críticos de arte Guillaume Apollinaire e Paul Guillaume, bem como Matisse, Picasso, Derain, Braque e Vlaminck circulavam nas exposições e museus nos quais se expunham esses objetos. Sabe-se que Derain, além de suas incursões ao Trocadero, em 1904, visitou o setor africano do Museu Britânico em 1906. Existem imagens dos ateliês desses artistas mostrando as coleções de peças que possuíam.

Devemos insistir no efeito que as esculturas africanas causaram em Picasso quando, visitando o Trocadero na primavera de 1907, conscientizou-se do papel mediador das máscaras e escul-



Fábulas, de Ntundo; *Ídasse*, Mudumbissiwa, de Malendza, e *Mother África*, de Helen Sebidi

Quando conhece a arte africana, Picasso encontra-se com uma experiência estética nova. E então produz quadros, como resultado desse encantamento

turas. Ele percebeu que não se tratava de simples adornos, mas esculturas de qualidade, uma via de acesso do homem ao preexistente, através da qual ele se liberta da tensão que o circunda. Picasso encontra-se com uma experiência estética nova que muito o impressiona e cujas soluções, em estrutura e aparência, vão conectar-se às suas. Esse encantamento pela arte negra se iconiza na famosa *Les demoiselles d'Avignon* (1906-1907) e em *Cabeça* (1907).

Neste século XXI, mais próximas da escultura tradicional, temos a produção

artística dos maconde, grupo étnico de Moçambique. Alguns autores afirmam que se trata de uma expressão *naturalista* na qual seres humanos e animais são representados com grande proporção anatômica, realismo e expressividade, mostrando situações do cotidiano. Essa produção é dividida em dois grupos: she-tani, que expressa a concretude da força vital por meio de formas aéreas, com vazios surpreendentes, corpos metamorfoseados e desestruturados; e ujamaa, ligado à materialidade da consciência de comunidade e às genealogias do gru-

po, com figuras humanas esculpidas em troncos de madeira cilíndrica, totalmente ligadas entre si.

Com a valorização internacional das instalações surgem com destaque artistas contemporâneos que já realizaram exposições em todos os continentes. Nesse grupo destacam-se Romuald Hazoumê, Georges Adeagbo, Philippe Quenum, Frances Tchiakpe (Tchif), Roberto Chichorro, Helen Sebidi, Ídasse Malendza, Matias Ntundo e Malangatna Ngwenya. Eles realizam instalações, trabalham experimentalmente com todo tipo de material, inclusive sucata, e apresentam linguagem pictural desvinculada das escolas, das academias e das correntes.

Em *Revue noire*, o crítico Jean-Michel Bruyère, ao comentar a produção africana atual afirma: "Como o pensamento crítico ocidental considerou apenas tardiamente a existência de uma criação contemporânea africana – e continua ignorando-a –, custa-lhe reconhecê-la sem reduzi-la. O pensamento ocidental é incapaz de perceber a essencial singularidade da criação contemporânea africana. Acredita poder decifrar nela a ação de suas próprias influências e quer ver isso quando, na verdade, é inexistente nessa criação enquanto domínio decifrável e separável".

PARA CONHECER MAIS

- **A dimensão estética na arte negro-africana.** Kabengele Munanga. MAC.
- **Arte afro-brasileira.** Mariano Cunha. Zanini.
- **Arts et peuples de l'Afrique.** Jacqueline Delange. Gallimard.
- **Introdução à cultura africana.** Ola Balogun. 70.
- **La philosophie bantoue.** Placide Tempels. Presence Africaine.
- **Neolítico: arte moderna.** Ana Cláudia de Oliveira. Perspectiva.
- **Reflexões sobre a arte.** Alfredo Bosi. Ática.